

27 de março de 2024 | n° 78

Conacate realiza evento em comemoração ao mês da mulher



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Pauta de Reivindicações da Data Base 2024
- Contas do Sindilex de 2023 recebem Aprovação em Assembleia Ordinária
- TCM revisa contrato da Prefeitura com ENEL após apagão em São Paulo

NOTÍCIAS DO SINDILEX

DATA BASE 2024



CONHEÇA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES APROVADA NA ASSEMBLEIA DA CATEGORIA REALIZADA EM 19/02

A pauta de reivindicações da Data Base 2024 foi aprovada durante a Assembleia Geral realizada em 19/02/2024. Entre as reivindicações, observa-se as cláusulas econômicas em que se destaca o pedido de reajuste salarial com base no IPCA, além da atualização do vale-refeição, dos auxílios saúde, alimentação, benefício nutricional complementar, assim como do teto remuneratório. No dia 12/03/2024 o IBGE publicou o índice do IPCA de 4,50%.

Foram igualmente aprovadas as cláusulas sociais, com destaque para os itens voltados a saúde do servidor, como: saúde mental (casos de depressão e ansiedade no trabalho), serviço de engenharia, segurança e medicina no trabalho, planejamento de aposentadoria e campanha permanente de combate ao assédio moral e sexual.

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

19 de março

Reunião com Sinafresp

O presidente Daniel Santos e o vice presidente Marcos Alcyr realizaram reunião com a direção do Sinafresp – Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de S.Paulo, Os sindicatos trocaram informações sobre as lutas e demandas, além de programarem eventos de formação sindical em conjunto.

Visita aos setores da Câmara

O vice presidente pela Câmara, Miguel Lima visitou os setores da Câmara e conversou com os servidores sobre a importância da sindicalização e sobre a pauta da Data Base.

20 de março

Plantão do Sindilex no Tribunal de Contas

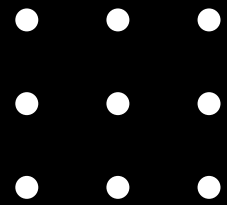
O presidente do Sindilex, Daniel Santos e os vice presidentes Marcos Alcyr e Miguel Lima, estiveram presentes no Tribunal de Contas para o Plantão de quartas-feiras. O presidente acompanhou também a Sessão Plenária do Tribunal.

Os plantões do Sindilex no TCM geralmente ocorrem às quartas-feiras, pela manhã.

20 e 21 de março

O presidente Daniel Santos e o vice presidente Miguel Lima participaram do evento “Enfrentamento das Desigualdades de Gênero no Serviço Público” realizado pela Conacate na Assembleia Legislativa de São Paulo, após ter realizado a primeira edição em Brasília nos dias 12 e 13 de março, para comemorar o mês da mulher. O resumo desse importante evento, bem como as fotos poderão ser vistos a seguir.

INFORMES IMPORTANTES



Assembleia Ordinária aprova as contas do Sindilex relativas a 2023

Na noite de segunda-feira (25/03), o Sindilex realizou sua Assembleia Ordinária para a aprovação das contas do exercício de 2023. Sob a coordenação do presidente Daniel Santos, Sérgio Janes Ferreira, presidente do Conselho Fiscal, apresentou o relatório do Conselho sobre o balanço financeiro. O parecer favorável à aprovação das contas foi unanimemente aceito pelos presentes.

Confira a seguir um demonstrativo das contas aprovadas:

Resumo das Contas do Sindilex 2023

Receitas	
Receitas Mensalidades	658.795,87
Outras Receitas (Parcerias, Financeiras, Aluguéis)	69.294,55
Receita Total	728.090,42
Despesas	
Despesas com pessoal	(331.964,94)
Despesas de manutenção estrutura	(240.724,57)
Despesas Financeiras e Tributárias	(5.975,91)
Contratos de terceiros (Comunicação, Advocatícios, etc)	(142.898,05)
Despesa Total	(721.563,47)
Superávit (Déficit)	6.526,90

INFORMES IMPORTANTES

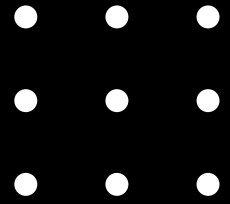
Conacate realiza evento em comemoração ao mês da mulher

A Conacate – Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado, realizou dois grandes eventos em homenagem ao mês da mulher, sendo a primeira edição em Brasília nos dias 12 e 13 de março e a segunda edição em São Paulo (nos auditórios da Assembleia Legislativa) nos dias 20 e 21 de março.

Com a participação de dirigentes sindicais que incluíram o presidente do Sindilex, Daniel Santos, o vice presidente, Miguel Lima, do secretário geral e também presidente da Fenalegis, Eduardo Carrion, assim como também de Antonio Carlos Fernandes Lima Jr., presidente da Conacate e diretor do Sindilex.

O evento teve como objetivo central debater, dialogar e propor mudanças concretas para enfrentar a falta de equidade entre homens e mulheres na Administração Pública.





INFORMES IMPORTANTES

OPORTUNIDADE

Edital para participar do Programa Esperança Garcia é publicado

Iniciativa conjunta entre AGU, Ministério da Igualdade Racial e Instituto de Referência Negra Peregum oferece 130 vagas para pessoas negras em curso preparatório para carreiras da advocacia pública.

O programa é dirigido a graduados ou graduandos em Direito em todo o Brasil. A inscrição é gratuita, pode ser feita até o dia 03/04. Das 130 vagas disponibilizadas, 30 incluirão um programa de bolsas no valor de R\$ 3 mil mensais por um período de três anos.

O programa foi pensado a partir do diagnóstico de que o perfil étnico-racial de servidores da advocacia pública não é compatível com a demografia do país. Embora na população brasileira negros representem 56% das pessoas (conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE), no âmbito da AGU 44% dos membros são homens brancos, enquanto mulheres negras respondem por apenas 6% do quadro.

Compartilhe essa oportunidade!

[Para mais informações, acesse aqui](#)

SINDICALISMO PELO BRASIL



Centrais Sindicais lançam Nota de Repúdio às declarações do Ministro da Casa Civil Rui Costa

Na sexta-feira (15/3) as Centrais Sindicais de todo o país, incluindo a Pública Central do Servidor lançaram Nota de Repúdio às declarações do Ministro Rui Costa que intuem que os servidores são preguiçosos quando afirmou que “há uma tendência á inércia dos serviço público” e que os governantes precisam “pisar no calcanhar dos servidores ou fungar no cangote para as coisas andarem”.

Tais declarações foram dadas á rádio Metrópole de Salvador no dia 11 de março último.

Segue a Nota:

As Centrais Sindicais, por meio dos jornais, receberam com indignação as declarações do Ministro Rui Costa, em entrevista à rádio Metrópole de Salvador, no dia 11 de março. Na entrevista, Rui Costa disse: “Há uma tendência à inércia grande, em geral, no serviço público; digo sempre que quem é Prefeito, Governador, Presidente da República tem que pisar no calcanhar, fungar no cangote para as coisas andarem”.

Rui Costa tenta atribuir a culpa pelos problemas nos serviços públicos nos servidores, que já foram chamados de “marajás”, “preguiçosos”, “parasitas” em outros momentos. Declarações feitas por Ministros e Presidentes sempre na perspectiva de desqualificar os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público e, assim, não reconhecer a responsabilidade dos próprios governantes sobre os problemas que assolam os serviços públicos.

Os dois anos de pandemia de COVID-19, que assolou nosso país, mostraram a importância e o compromisso dos servidores públicos para garantir a vacinação da população, implementar os programas sociais que garantiram renda à população vulnerável durante o período de isolamento social e impedir que a corrupção desviasse as verbas públicas destinadas a enfrentar a pandemia de COVID-19.

Rui Costa, ao invés de reconhecer o papel fundamental dos servidores públicos, que trabalham muitas vezes em condições precárias, prefere desqualificar os servidores públicos com declarações que servem para naturalizar a prática de assédio moral por parte das chefias e gestores. Esse assédio moral se converteu em um enorme problema e é responsável pelo adoecimento de milhares de servidores públicos de todas as esferas no Brasil.

Como Ministro da Casa Civil, Rui Costa deveria estar trabalhando para garantir as verbas necessárias para valorizar os servidores públicos federais, que acumulam enormes perdas salariais na última década, e que em 2024 sofrem com uma política de 0% de reajuste salarial. Deveria direcionar suas energias para reverter a política de desmonte, privatização, terceirização e precarização dos serviços públicos, que avançou muito no país nas últimas 3 décadas. Mas, ao contrário disso, prefere dar declarações absurdas para desqualificar os servidores públicos.

As Centrais Sindicais manifestam seu repúdio às declarações de Rui Costa e esperam retratação e reconhecimento do Ministro Rui Costa. Reafirmamos que não existe serviço público de qualidade, sem servidores públicos valorizados. Atacar os servidores públicos é atacar os serviços públicos.

São Paulo, 15 de março de 2024.



TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCM analisará contrato da PMSP com a ENEL após o apagão em São Paulo

O Tribunal de Contas do Município de S.Paulo anunciou, na quarta-feira (20/03), a criação de um Grupo de Estudo com o objetivo de verificar questões contratuais da concessionária Enel, bem como prejuízos gerados pela interrupção no fornecimento de luz e atendimento ao consumidor.

O anúncio, proferido pelo conselheiro presidente Eduardo Tuma, ocorreu após a cidade de São Paulo sofrer apagões em diversos bairros do centro, que durou pelo menos 50 horas em algumas regiões.

Tuma explicou que “embora seja um assunto tratado pela Aneel, há um contrato com a cidade de São Paulo e o TCMSP deve atuar neste sentido”.

O grupo de estudos irá analisar a atuação da empresa no Município e a qualidade da prestação de serviço, além de apurar de forma independente o prejuízo causado à cidade e aos paulistanos.

[Leia mais clicando aqui](#)

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



Câmara Municipal realiza Audiência Pública sobre projeto de lei de reajuste dos servidores

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo realizou na quarta-feira (20/03) a 1ª. Audiência Pública do projeto de lei 155/2024, que fixa reajuste salarial anual de 2,16% a todos os servidores públicos da Prefeitura e aos aposentados e pensionistas do Ipem (Instituto de Previdência Municipal de São Paulo).

Tal projeto de lei, já aprovado em primeira votação no plenário do legislativo paulistano, também prevê o mesmo reajuste para o auxílio-refeição e vale-alimentação. Já para os abonos complementares e de compatibilização dos profissionais da educação municipal – incluindo os aposentados e pensionistas do setor, o PL 155 propõe uma atualização de 3,62%.

Representantes de sindicatos e de entidades de classe, em greve há pelo menos uma semana, se manifestaram contrariamente ao PL de autoria do Executivo e afirmaram que a propositura não atende a demanda dos servidores municipais, pois não repõe as perdas e sequer acompanha a inflação do período (de 1 ano). 2,16% compreende a inflação de 10 meses, afirmou Margarida Genofre da Aprofem.

A arrecadação do município cresceu nos últimos anos e há dinheiro no caixa da Prefeitura. Contudo, essa saúde financeira não é refletida na remuneração dos servidores, comentou João Gabriel Buonavida, presidente do Sindsep. João disse, ainda, que tem acompanhado as negociações coletivas de inúmeras capitais do país e tem visto que capitais com bem menos condição financeira que São Paulo estão oferecendo índices muito superiores.

[Leia a matéria completa clicando aqui](#)

ARTIGOS CRÍTICOS

Imagem meramente ilustrativa: Reprodução/Redes



Estado versus Estado: milícias e as governanças criminais no Rio

Diante do quadro a que estamos assistimos no país, em que o crime organizado penetra nas áreas de Estado, produzindo mortes encomendadas, para contribuir com o debate, expomos extratos do artigo e o link para quem quiser ler toda a matéria de Jacqueline Muniz que é Antropóloga, professora da UFF e gestora de segurança pública e Associada Sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Extratos do artigo

Salvo exceções, no Rio de Janeiro, o Estado tem funcionado como uma agência reguladora do crime voltada para o empreendedorismo criminal cujo mote é a “guerra às drogas”. É o Estado quem exerce soberania sobre territórios e populações, já que que tem base social, política e econômica para manter Exército e polícias e, com isso,

poder brincar de fazer o que chamam de guerras, ocupações etc. Resta aos domínios armados negociar o uso desses recursos estatais, no atacado da segurança pública e/ou no varejo das guarnições policiais, para viabilizar, mesmo que provisoriamente, tanto o seu controle territorial quanto a conquista de territórios rivais. É mais prático e mais barato fazer parte do “esquema político-policia” que tem dado certo, menos para os moradores do Rio. ORCRIMs, sem meios combatentes regulares, não podem sustentar guerra alguma. E mais: não podem se dar ao luxo de interromper, a todo tempo, o funcionamento de seus pontos de vendas (bocas de fumo). Há que pagar fornecedores, honrar a longa folha de pagamento e manter a reputação de bom negociante político na praça. Para tanto, não se pode afugentar os clientes com seus estabelecimentos fechados ou inseguros, pois dívidas são pagas com a vida. O que se vê não são guerras estrito senso entre domínios armados e destes com as diversas bandas (podre, honesta) das polícias. O que se vê, na realidade, são disputas comerciais violentas entre governos criminais e policiais que fazem uso da lógica político-capitalista de matiz neoliberal de eliminar, incapacitar ou assimilar o oponente, cuja versão manualizada encontra-se em bancas de revista: “A Arte da Guerra”, de Sun Tzu, adaptada para a selva do mercado.

[Leia o artigo completo clicando aqui](#)



Imprensa erra ao dizer que projeto da securitização injetaria dinheiro nos cofres públicos

Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) já comprovou que o esquema da “Securitização” RETIRA dinheiro dos cofres públicos

O Jornal “Diário do Grande ABC” trouxe a manchete “Reforço no caixa”, alegando ERRADAMENTE que o Projeto de Lei Complementar (PLP) 459/2017, de autoria do senador José Serra, poderia “injetar vigoroso fluxo de recursos nos cofres públicos sem a necessidade de onerar ainda mais os contribuintes”. No entanto, não diz que tal prática de antecipação de receitas gera rombo de caixa no futuro.

O Jornal afirma, ainda, que a prática da securitização “pode gerar até R\$ 100 bilhões extras a União, Estados, Distrito Federal e municípios, por meio do processo de antecipação de recebíveis conhecido no mercado financeiro por securitização.”

Não existe a mágica contida na notícia de que a prática da securitização oferece a capacidade de transformar débitos em ativos financeiros negociáveis, ao contrário, a antecipação de receitas realizada na compra de títulos do governo por parte dos credores, gera dívida pública e retira dos governos o controle sobre o fluxo da arrecadação dos pagamentos de débitos (de multas e valores da dívida ativa) por parte das empresas e dos cidadãos.

Analisando este esquema implementado na cidade de Belo Horizonte, cidade em que houve uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, a Auditoria Cidadã da Dívida comprovou que tais débitos já estavam sendo arrecadados pelos governos, ou seja, já representavam dinheiro vivo que deveria ter entrado nos cofres públicos. Porém, a “Securitização” desviava tais recursos durante o seu percurso pela rede arrecadadora, provocando prejuízo ao Município de Belo Horizonte de cerca de R\$ 70 milhões, somente no período de abril/2014 a junho/2017.

[Leia a matéria completa clicando aqui](#)

Esclarecimento:

O Sindilex está representado na ACD pela diretora de comunicação, Sônia Alves, que também lidera o Núcleo de São Paulo. Miguel Lima, vice-presidente, é outro membro ativo neste núcleo.

Este núcleo desempenha um papel crucial em informar e conscientizar a população sobre os efeitos negativos da dívida pública.

O artigo destacado aborda as consequências da securitização para os entes federativos, oferecendo informações detalhadas sobre o assunto.

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

[Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP](#)

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais